


PODER PÚBLICO E EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA NAS CIDADES MÉDIAS: O CASO DE SÃO CARLOS/SP (1930-1960)

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6781125260213>

Data de aceite: 21/05/2025

Jonas Modesto de Abreu

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Cursou Pós-Doutorado em Ciência Política na Universidade de Coimbra (UC). É professor de Ciência Política na Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

urbanas durante as décadas de 1940 e 1950 produziu impactos significativamente negativos ao paisagismo e à vida social de São Carlos, revertendo a política municipal de favorecimento à expansão territorial da cidade a partir da segunda metade da década de 1950.

PALAVRAS-CHAVES: São Carlos. Política. Desenvolvimento urbano.

RESUMO: Este artigo que resume e atualiza a dissertação de mestrado do autor, trata do processo de expansão urbana de São Carlos, no interior de São Paulo, durante o período de 1930 e 1960. Sempre associando o desenvolvimento territorial urbano da cidade aos processos econômicos e às transformações políticas advindas do período posterior à Revolução de 1930, acontecimento que demarca a decadência da economia cafeeira e de seus representantes políticos, o texto procura demonstrar que a ascensão política de profissionais liberais e das atividades comerciais e industriais locais favoreceu, no momento seguinte ao encerramento da 2ª Guerra Mundial, as iniciativas imobiliárias relacionadas ao modo de vida urbano e ao trabalho industrial. O incentivo do poder público ao mercado de terras

INTRODUÇÃO

Este artigo resume e atualiza uma dissertação de mestrado decorrente de uma antiga pesquisa sobre política e desenvolvimento urbano em cidades médias do interior paulista, liderada pelo pesquisador e professor José Albertino Rodrigues durante os anos 80 e início dos anos 90. Seu trágico falecimento em 1991, deixou um farto material, sobretudo de dados primários, nos arquivos do extinto Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O meu contato e posterior interesse por este material, por volta de 1995, acabou dando origem a minha

dissertação de mestrado, intitulada: “Política, Economia e Desenvolvimento Urbano na Cidade de São Carlos”, defendida em abril de 2000, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da referida instituição de ensino superior do nosso país. A razão que motivou a atualização e publicação de um novo texto neste momento, agora destacando principalmente os projetos de lei aprovados na Câmara Municipal em favor dos agentes do mercado imobiliário, associa-se ao fato de que, levando em consideração a quantidade de citações recebidas em produções acadêmicas e artigos científicos, é notório que o texto original da dissertação, voltado prioritariamente ao interesse de pesquisadores das áreas de Ciência Política e Sociologia Urbana, acabou despertando a atenção e encontrando maior repercussão entre pesquisadores de Arquitetura e Engenheiros Civis preocupados em compreender o processo de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras de porte médio.

Utilizando a base do texto desta dissertação, e um extenso banco de dados inéditos contendo requerimentos, indicações e projetos de lei apresentados à Câmara Municipal de São Carlos entre as décadas de 1930 e 1960, nos quais há solicitações de doação de terrenos, compra e venda de áreas entre a municipalidade e os agentes privados, desapropriações de áreas, remodelação e urbanização de logradouros, abertura de ruas ou prolongamentos, abertura de loteamentos, zoneamento, planejamento e mudança de perímetro urbano, habitação popular, água, energia elétrica, rede de esgoto, calçamento de paralelepípedos ou asfalto, transportes públicos, sinalização de trânsito, coleta de lixo, instalação de telefonia pública, inauguração de prédios de agências públicas municipais, estaduais e federais, isenções fiscais e tributárias para prestadores de serviços urbanos e empresas, medidas de segurança pública e outros assuntos ligados à expansão urbana, a intensão deste artigo é, através de um estudos de caso, apresentar mais uma contribuição aos estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento urbano nas cidades com perfis de expansão semelhantes ao município de São Carlos/SP.

O banco de dados é composto por uma grande quantidade de fontes primárias adquiridas através dos arquivos da Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Carlos (ASPLA), dos noticiários do jornal Correio de São Carlos e de um conjunto de entrevistas realizadas pelo professor Albertino durante a década de 1980.

DA METRÓPOLE ÀS CIDADES MÉDIAS

A respeito do tema, sabe-se que, de modo geral, os estudos sobre desenvolvimento urbano costumam destacar as grandes cidade, com enfoque prioritário nas metrópoles. Como destaca Oliven (1982), os fenômenos decorrentes do crescente processo de metropolização mundial, como a formação das periferias, a segregação espacial, os impactos ambientais, o capital imobiliário e o papel do Estado intervindo na configuração do espaço social urbano, passaram a ocupar a agenda dos estudos urbanos contemporâneos preocupados com a compreensão da cidade moderna.

Embora haja importantes referências sobre os estudos urbanos na Europa, entre os quais é possível destacar Manuel Castells (1983) e Jean Lojkine (1981), entre tantos outros autores relevantes, dado às particularidades seculares da ocupação espacial dos territórios europeus, os estudos sobre o desenvolvimento urbano e seus impactos nas metrópoles costumam destacar o novo continente, enfatizando os grandes aglomerados urbanos dos Estados Unidos da América, da América Latina e, no caso que nos interessa, do Brasil.

Sobre os Estados Unidos da América, Gottdiener (1993) percebe que no período posterior à Segunda Guerra Mundial, as incorporadoras imobiliárias se convertem no principal agente promotor do mercado habitacional. Seu produto comercial, a habitação popular, encontrava grande ressonância nos soldados que retornavam da guerra, favorecidos pela legislação federal de seu país que lhes concedia subsídios e financiamentos para a compra da casa própria. A imensa procura por esse tipo de programa habitacional nos Estados Unidos da América propiciou o desenvolvimento urbano acelerado, sobretudo nas localidades próximas à região central de Manhattan, propagando-se mais tarde para as demais regiões dos grandes centros urbanos.

Em 1946, exatamente um ano após o término da Segunda Guerra Mundial, trezentos acres de Hempstead Plain foram convertidos em conjuntos de casas suburbanas. A área se localizava a menos de 30 quilômetros do centro de Manhattan, num trecho de Long Island famoso havia muito tempo por suas batatas. Esse projeto, constituído por Levitt and Sons totalmente com financiamento privado, foi um dos primeiros empreendimentos urbanos produzidos em massa nos Estados Unidos. [...] Em 1951, a comunidade, atualmente chamada Levittown, compreendia 17.544 residências, vendidas na época por 9.900 dólares. O desenvolvimento maciço dessa área transformou a Levitt and Sons numa empresa próspera, que veio a constituir Levittowns semelhantes em Nova Jersey e Pensilvânia, em áreas até então ocupadas pela agricultura (GOTTDIENER, 1993, p.11-12).

Ao contrário de países como os Estados Unidos da América que levaram aproximadamente 80 anos, entre 1870 e 1950, para que sua parcela urbana populacional aumentasse de 25% para 64%, os países da América Latina destacaram-se pela velocidade de seu processo de urbanização. De acordo com Pereira (1973), as projeções da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) projetavam a tendência de um continente com características marcadamente urbanas no período pós-guerra. Em 1950, somente 39% da população dos 20 países integrantes da América Latina habitavam em cidades, sendo que para 1975 as previsões eram iguais ou superiores a 54%. Na sequência dessas estimativas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) estimou que em 1959 seria necessário reconstruir 4,5 milhões de moradias nas zonas urbanas e metropolitanas da América Latina (KATZMAN, 1986). De acordo com Leme e Pacheco (1989), o acelerado desenvolvimento urbano dos grandes centros latino-americanos a partir dos anos 70, cujo processo problemático de crescimento das periferias e favelas merece destaque, consolidou-se na década seguinte e, desde então, continua sendo o foco central das pesquisas e estudos sobre o meio urbano na América Latina.

No caso específico do desenvolvimento urbano brasileiro, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, Singer (1973) destaca, a partir de 1950, a existência de um massivo processo migratório, em busca de emprego e moradia, para os grandes centros urbanos do país. Sabe-se que o Brasil era uma economia predominantemente agrária até 1930, quando emerge de forma acentuada o processo de industrialização e de deslocamento do ambiente rural para o urbano. Conforme demonstra o Censo Demográfico Brasileiro de 1950, na década anterior a população urbana brasileira ultrapassou o quantitativo de habitantes rurais (IBGE, 1952).

O maior contingente migratório se deslocou para a região metropolitana de São Paulo, o estado mais populoso e centro da economia nacional. Parte significativa da explicação sobre a transferência populacional do campo para a cidade no estado paulista, nos anos que se seguiram à década de 1940, encontra-se na falência do setor cafeeiro, principal sustentáculo econômico naquele momento, bem como no expansivo crescimento do setor industrial, que se expande rapidamente da capital em direção ao interior. “Na década seguinte, a população urbana do estado de São Paulo passou a representar 52,59%. Em 1970, esse percentual atinge 80,36% da população total do estado.” (RIGHI, 1983, p.58). Tratando do mesmo tema, Singer (1973) destaca que, em 1940, a mancha urbana contínua não ocupava todo o território da capital, contendo 1.326.261 habitantes. Apenas 30 anos depois, ela se estendia por 37 municípios, reunindo em seu interior 8.106.250 habitantes. Durante esse período, a população cresceu a taxas anuais médias de 5,5 a 6%, dobrando a cada 12 anos.

Embora tenha ocorrido um significativo deslocamento industrial e populacional em direção às regiões interioranas de São Paulo, o mesmo não aconteceu com os estudos referentes ao desenvolvimento urbano e industrial dessas localidades. Os estudos se concentraram basicamente na metrópole, ficando as pequenas cidades, que mais tarde passaram a integrar expressivas regiões urbanas e industriais do estado, relegadas a uma quantidade inexpressiva de estudos, não constituindo, na prática, uma bibliografia numericamente significativa.

Embora o meio acadêmico reconheça a existência de importantes estudos sobre o poder local no interior das mais variadas regiões do Brasil, incluindo o estado de São Paulo, em regra, esses estudos privilegiam o momento histórico nacional que destaca a grande propriedade rural e a economia agrária. Dessa forma, não levam em consideração a relação existente entre o poder local e o mercado de terras urbanas, durante o período correspondente ao declínio da economia agrária e do controle político dos coronéis. Assim, o passado recente dessas localidades, que hoje se constituem em expressivos centros urbanos do estado de São Paulo, é praticamente desconhecido dos estudos urbanos atuais.

Aparentemente, o caso brasileiro nos remete à preocupação de Domhoff (1983), que ao estudar a relação existente entre o mercado de terras urbanas e a estrutura de poder nos Estados Unidos da América da década de 1980, detecta suas origens nas

organizações comunitárias que levaram a um massivo processo de metropolização das regiões urbanas de seu país, conforme vimos na análise de Gottdiener (1993), sugerindo, dessa forma, o retorno ao estudo das pequenas e médias cidades.

O CASO DE SÃO CARLOS

Sendo assim, passemos ao estudo do caso de São Carlos, uma cidade média do interior paulista que, de acordo com Cano (1977), constituiu-se como centro urbano, no contexto de uma sociedade agrária que se formou na região, pouco antes da abolição da escravidão, momento da história econômica do estado de São Paulo marcado pela decadência da região do Vale do Paraíba, principal centro cafeeiro paulista na época.

A crise e posterior decadência da região do Vale do Paraíba se deve à impossibilidade de competir com o café do Oeste Paulista, região cafeeira do estado que se expandia notavelmente durante a década de 1880. A marcha do café, ao longo do Oeste e Norte paulistas, gerou grande desenvolvimento econômico nessas regiões. Formou fazendas e cafezais, colônias e casas grandes, vilas e cidades. Localizada na rota desse traçado, a Vila de São Carlos do Pinhal, fundada em 1856, é elevada à condição de cidade em 1880 (ABREU, 2000).

A análise da passagem da sociedade agrária para a economia de base industrial, deve levar em consideração a impossibilidade de separar a história política e a história econômica do município, como também, a impossibilidade de separar sua realidade dos acontecimentos políticos e econômicos do estado de São Paulo e do país (SINGER, 1973).

Conforme salienta Abreu (2000), na dinâmica destas transformações políticas e econômicas, conclui-se que a emergência e a consolidação do modo de vida urbano e industrial na cidade de São Carlos se deram no contexto da decadência política das elites agrárias nacionais, organizadas em torno da economia exportadora do café. A fase que tem início com a Revolução de 1930 representa a decadência política e econômica dos coronéis, proprietários das grandes fazendas cafeeiras do município.

Sendo assim, os coronéis locais, integrantes das famílias Botelho e Salles, da mesma forma que sua fonte de status, riqueza e poder, o café, perdia prestígio econômico desde a segunda metade da década de 1910, tendo como ápice da sua derrocada a crise de superprodução em 1929, também entram em decadência, perdendo o controle político do município no mesmo instante em que o café perde a liderança da economia nacional na segunda metade da década de 1940. Assim, a estagnação da economia do café deixará uma grande quantidade de terras ociosas nos limites do município. Essas terras servirão de alvo à investida do capital comercial na produção fundiária, constituindo as bases necessárias para o predomínio do modo de vida urbano e industrial na cidade de São Carlos (ABREU, 2000).

O momento posterior à 2ª Guerra Mundial, que no Brasil também representa o encerramento do período ditatorial conhecido como Estado Novo, representa o instante no qual ocorre a segunda fase de dinamização da região central da cidade. O centro, pioneiramente composto pelos prédios públicos que abrigavam a Câmara Municipal, inaugurada em 1883, pelo Fórum e o da Cadeia, de 1900, e pela Santa Casa, fundada em 1993, bem como pelos luxuosos palacetes que serviam de residência urbana aos coronéis que exerciam o poder público decisório em edificações localizadas na região central da cidade, passa a viver um novo processo de expansão territorial (NEVES, 1984).

Aqui vale destacar, que a implantação da estação ferroviária, construída a partir da chegada da linha de trem a São Carlos em 1884, atendendo às demandas de transporte do café ao Porto de Santos, a presença de uma imigração constituída por pessoas que exerciam funções tipicamente urbanas, assim como a formação do primeiro setor de serviços, dentre os quais se destacava o sistema bancário, responsável pelo financiamento e pela negociação do preço do café nos portos marítimos nacionais, também contribuíram para a dinamizar a região central da cidade na sua fase originária de urbanização. Outro fator que merece destaque na primeira fase de urbanização do centro de São Carlos foi o surgimento das atividades industriais pioneiras, principalmente a têxtil, localizada nas imediações da estação férrea, produzindo os sacos que serviam para embalar o café antes do transporte (NEVES, 1984).

De forma peculiar aos interesses de nosso tema, a chegada da linha férrea e a formação do primeiro núcleo industrial na região central da cidade gerou a necessidade de construir residências aos trabalhadores ferroviários e industriais em áreas próximas ao seus locais de trabalho, fato que passou a demandar a expansão territorial urbana da cidade. Foi neste cenário que surgiram os primeiros loteamentos urbanos de São Carlos no final do século retrasado: Vila Nery, Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Prado (NEVES, 1984).

Neves (1984), detalha o período de surgimento dos quatro primeiros loteamentos, afastados do centro. O loteamento mais antigo de São Carlos é o de Vila Nery, aberto por doação, de 23 de março de 1889, após Joaquim Alves de Souza Nery e de sua esposa Genoveva Cândida de Souza doarem a gleba de terras à municipalidade. Em 1891, o major Manoel Antônio de Mattos abriu o primeiro loteamento urbano aos moldes de nosso tempo, na área onde se localizava a chácara Mattos, urbanizou-a, abrindo ruas e praças e dando-lhe a denominação de Vila Dona Pureza, em homenagem à sua sogra, Cândida Maria de Pureza. A Vila Izabel é contemporânea à Vila Pureza. Seu criador foi o tenente Casimiro Cândido de Oliveira Guimarães, que loteou parte de sua propriedade rural, abrindo seis ruas, como uma praça no centro, formando ao todo dezesseis quarteirões. Em 1893, o coronel Leopoldo de Almeida Prado, político e fazendeiro, loteou uma área próxima à ferrovia e vendeu os lotes às famílias de ferroviários.

Devescovi (1987) descreve o surgimento da Vila Prado em 1915, em área limítrofe com a ferrovia, próxima da indústria de Fiação e Tecidos São Carlos, de uma fábrica de dormentes, de algumas unidades de beneficiamento de café, da serraria de Abel Giongo e da fábrica de móveis de Germano Fehr. A autora também menciona que a Vila Marcelino, segundo os registros oficiais da prefeitura municipal, constituiu-se entre 1920 e 1925, por iniciativa de José Barbieri.

Todavia, o aceleração do setor industrial na cidade de São Carlos ocorre a partir de 1930, com o agravamento da crise da cultura cafeeira e o início de transferência populacional do campo para as regiões urbanas. Nas regiões próximas às áreas industriais surgem, como extensão dos primeiros loteamentos operários, quatro novos loteamentos: Jardim São Carlos, aberto em 1935, de propriedade de Maria Luísa de Arruda Botelho, Vila Bela Vista, de 1939, tendo como proprietário Saba Sallum, e Vila Irene, datado de 1940, tendo como proprietário Itagiba Cardoso de Toledo (DEVESCOVI, 1987).

A peculiaridade, reside no fato de que os loteamentos Vila Marcelino, Vila Bela Vista e Vila Irene não foram organizados por grandes proprietários de terras de São Carlos. Esses novos loteamentos pertenciam a migrantes de outras regiões do estado e a imigrantes ou seus descendentes que se estabeleceram nos setores comerciais e indústrias e que, aparentemente, investiram o excedente de seus lucros em terra comercialmente barata (DEVESCOVI, 1987).

Isso constitui um fato novo, dado que os primeiros loteamentos urbanos de São Carlos surgiram de áreas rurais antes destinadas ao cultivo do café. Com a falência da economia cafeeira, os proprietários rurais mais visionários tomaram a iniciativa de dividir em glebas e lotear em quadras as suas terras, sobretudo nas localidades próximas à linha férrea e ao primeiro núcleo industrial. Nestes casos, o poder público apenas se encarregava de “aconselhar” os empreendedores sobre as medidas das quadras e das ruas, uma vez que ainda não existia um “plano diretor” para reger o crescimento ordenado da cidade. Trate-se uma etapa em que há raras solicitações de áreas territoriais à municipalidade. Analisando os arquivos da Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal (ASPLA), encontrou-se apenas seis processos solicitando doações de áreas de terras urbanas à prefeitura municipal, todos os pleiteantes não possuíam vínculos com os poderes públicos municipais. Ainda entre as pessoas sem vínculos na vida pública, há um processo de oferta de terreno urbano em nome de José Milanetto. Nos casos que envolvem atores públicos, constata-se a existência de dois processos, o primeiro é o Processo: C.25/37, de autoria do vereador Viriato Fernandes Nunes, cuja solicitação diz: “Projeto favorecendo casas populares”; o segundo é o Processo: P 3.045/37, de interesse da prefeitura municipal, que dispõe sobre a compra de terreno para instalar a rede de água na Vila Prado.

É indispensável relatar que dois fatores são relevantes para o baixo número de processos envolvendo as medidas públicas associadas à expansão urbana da cidade no período anterior ao final da 2ª Guerra Mundial. O primeiro, diz respeito ao fato de que os

arquivos da ASPLA iniciam seus registros somente em 1937, ano no qual se encontram todos os processos acima mencionados. O segundo, associa-se às implicações políticas advindas da ditadura do Estado Novo. O poder legislativo municipal, eleito em 15 março de 1936, foi extinto em 10 de novembro de 1937 e permaneceu inexistente até 01 de janeiro de 1948, quando tem início o mandato dos vereadores eleitos em 15 de novembro de 1947. Essas eleições decorrem do processo de redemocratização vivido pelo país após o término da ditadura do Estado Novo em 29 de outubro de 1945.

UMA NOVA REALIDADE POLÍTICA

Sempre associando a expansão urbana aos acontecimentos políticos e econômicos brasileiros, no contexto desta redemocratização, as demandas do setor industrial e de seus trabalhadores, como a facilidade de acesso ao local de trabalho, surgirão como agenda política durante as eleições municipais de 1947, momento em que o professor Luiz Augusto de Oliveira é eleito prefeito São Carlos, marcando a entrada de profissionais liberais e de agentes comerciais e industriais na vida pública do município. Deste momento em diante, perdem relevâncias às demandas e anseios dos representantes rurais e ganham importância às reivindicações dos agentes do modo de vida urbano (ABREU, 2000).

Embora ainda seja possível constatar atividades políticas direcionadas à grande propriedade rural no cotidiano da política regional paulista, como demonstra o requerimento 50/48, de 26/04/1948, em que a Câmara Municipal da cidade de Limeira solicita aos seus colegas de São Carlos apoio à defesa da propriedade rural que, aos seus olhos, ainda parecia ser de interesse geral naquele momento, conforme demonstra o artigo do jornal Correio de São Carlos de 26 de outubro de 1947, no qual se lê: “Solicita voto de solidariedade ao deputado Dr. Octávio Lopes Castelo Branco pela brilhante oração proferida na Assembleia Legislativa do Estado em defesa da Câmara Paulista contra o aumento do imposto territorial rural”, a realidade demonstra que os poderes públicos de São Carlos caminham em sentido contrário, vislumbrando garantir ou possibilitar o desenvolvimento dos aspectos relacionados ao modo de vida urbano industrial. Assim sugerem os Projetos de Lei 45/48 e 46/48, ambos de 28/06/1948, de interesse da prefeitura municipal, que se ocupam respectivamente de regular a cobrança do imposto territorial sobre terrenos urbanos e a cobrança de imposto predial urbano.

O redirecionamento do poder executivo municipal, eleito em 1947, para o atendimento das demandas urbanas e industriais cotidianas, também pode ser percebido através da entrevista que o idealizador do loteamento de Vila Monteiro concedeu ao jornal Correio de São Carlos em junho de 1950.

Perguntamos inicialmente ao Sr. Monteiro como teve a ideia de lotear o terreno, tendo nos dito:

Durante a campanha eleitoral passada o prof. Luiz Augusto de Oliveira prometeu aos moradores das Vilas Marcelino e Izabel, caso fosse eleito, entrar em entendimentos comigo, no sentido de serem abertas algumas ruas em prolongamento às ruas da cidade, atingindo a estrada de Descalvado. Isto facilitaria sobremodo a comunicação de trabalhadores daqueles bairros com a cidade. Operários da indústria Facchina, por exemplo, tinham que andar cerca de vinte quarteirões para atingi-la, e, agora, com três apenas, estão no local de trabalho, ganhando, assim, precioso tempo.

Essas ruas têm também grande importância para o trânsito de automóveis e caminhões que demandam à estrada de Descalvado, desafogando sobremaneira o movimento da avenida São Carlos.

Desta maneira, tendo sido eleito, o prof. Luiz Augusto de Oliveira procurou-me e expôs a situação da cidade e dos moradores das vilas. Depois de estudar o assunto concordei com a abertura das vias públicas, mas, ao invés da prefeitura ter que desapropriar e pagar-me indenização pelas áreas necessárias, resolvi lotear mais de quatro alqueires de terras, doando, pura e simplesmente, à municipalidade, as ruas, de largura comum, 12 metros, numa extensão de 3 quilômetros. As construções que se encontravam no traçado dessas artérias, em número de nove, doei-as também, e mais ainda todo um quarteirão, para que seja feita uma praça, com parque infantil e um Grupo Escolar, tudo que é de grande utilidade para zonas que futuramente estarão superpovoadas. Estas doações estão avaliadas em cerca de Cr\$800.000,00, sem contar o incalculável valor estimativo da antiga residência, que fica no prolongamento da rua D. Alexandrina e já está quase totalmente demolida, na qual residi, com minha família, durante vinte e seis anos (CORREIO DE SÃO CARLOS, 06/06/1950).

O jornal Correio de São Carlos também publicou esta nota sobre as iniciativas do prefeito Luiz Augusto de Oliveira em favor da moradia popular para trabalhadores industriais e da expansão territorial urbana da cidade:

Existem na Vila Nery, nas proximidades da escola Industrial, entre as ruas Marechal Deodoro e 7 de Setembro, duas quadras baldias, que há muitos anos se acham em estado de abandono, sem que tivessem sido incorporadas ao patrimônio municipal. Agora, finalmente, por esforço do Sr. Luiz Augusto de Oliveira, Prefeito Municipal, essa providência se tornou possível, fazendo-se a incorporação. O Sr. Luiz Augusto de Oliveira, palestrando com a reportagem, declarou que é pensamento da municipalidade, uma vez de posse das duas quadras, dividi-las em quarenta lotes, que serão vendidos a baixo preço. Essa medida virá beneficiar a cidade, pois proporcionará a construção de numerosas casas, suavizando o angustiante problema das moradias, embelezará a Vila Nery, que será dotada de muitos prédios e, ainda de acordo com o pensamento da Prefeitura, renderá meios financeiros para ser possível o calçamento da rua Marechal Deodoro, desde a rua São Paulo até encontrar o trecho fronteiro à Escola Industrial, feito há algum tempo (CORREIO DE SÃO CARLOS, 08/05/1949).

Diferentemente do que se constatou nos anos de 1930, a década de 1940 foi extremamente dinâmica no que tange o papel de agentes e órgãos públicos municipais para facilitar o processo de expansão territorial urbana da cidade de São Carlos. Somente processos, requerimentos e indicações envolvendo pedidos de doações e recebimentos de doações de áreas urbanas, cujo interessado é a Prefeitura Municipal ou vereadores, foram encontrados 19 durante este período. Merecendo destaque: Projeto de Lei: 03/48, que trata da doação de terreno à Igreja Católica para construção do Cemitério Municipal; Projeto de Lei: 40/48, sobre autorizar a Prefeitura, mediante concorrência pública, contratar a construção de uma Estação Rodoviária; Projeto de Lei: 38/48, sobre autorizar a prefeitura doar gratuitamente ao São Carlos Clube um terreno em Vila Nery; Projeto de Lei: 39/48, sobre doação ao Governo do Estado de um terreno na Vila Izabel ou nas suas imediações para ser construído um grupo escolar; Indicação: 62/48, sobre oferecer a doação de terreno necessário ao D.E.R para a instalação de uma residência de assistência técnica aos municípios; Projeto de Lei: 86/48, sobre autorizar o município a receber em doação da Cia. Paulista de Eletricidade, as áreas de terrenos para a construção do prédio destinado ao grupo escolar de Vila Nery; Projeto de Lei: 117/48, sobre autorizar doar ao Governo do Estado uma área de terreno; Projeto de Lei: 128/48, sobre doação de dois terrenos pertencentes ao patrimônio municipal à Fundação de Casa Popular; Projeto de Lei: 3/49, sobre autorizar doar ao Governo Federal um terreno situado à rua Episcopal para a construção do edifício dos Correios e Telégrafos; Requerimento: 134/49, sobre ser doada área de terreno à Prefeitura, por João Lopes, a fim de ser prolongada a rede de água na futura travessa dez da Vila Prado; Projeto de Lei: 37/49, sobre autorizar a Prefeitura a permutar um terreno pertencente ao patrimônio do município situado à rua São Paulo, com outro, de propriedade de Francisco Xavier Amaral, destinado ao prolongamento da travessa três em Vila Nery.

Na década de 40 também identificamos quatro desapropriações, destacando-se o Projeto de Lei: 49/49, de interesse da Prefeitura Municipal, que integra à municipalidade área para promoção do trânsito público em diversas ruas situadas no Jardim São Carlos. Também há uma considerável quantidade de solicitação de instalações de rede de água, de esgoto, de energia elétrica, de guias, de paralelepípedos ou asfalto, abertura de ruas e prolongamentos, de transportes através de linhas de bonde e carroças e de sinalização de trânsito.

No bojo deste cenário, destacam-se as aprovações dos novos loteamentos: Projeto de Lei: 55/48, que aprova o plano de loteamento e arruamento de uma área de terreno pertencente ao Sr. Jorge Vieira Monteiro; Projeto de Lei: 4/49, aprovando o plano de arruamento e loteamento de terreno nas Vilas Izabel e Marcelino de propriedade da S/A Fiação e Tecelagem Lutfalla; Requerimento: 126/49, que trata do plano de loteamento de terreno nesta cidade, de propriedade de João da Costa F. Martins; Projeto de Lei: 45/49, sobre a aprovação do plano de loteamento de áreas de terreno pertencentes a Rosita

Pellicano; Projeto de Lei: 54/49, loteamento de terrenos do patrimônio municipal, situados entre as ruas Marechal Deodoro e 7 de Setembro; Projeto de Lei: 58/49, loteamento de terrenos do Ferroviários Sport Club; Projeto de Lei: 67/49, loteamento de terreno de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos.

Em consequência dos novos loteamentos, ocorre a necessidade de mudanças no perímetro urbano da cidade, como é possível verificar através do Projeto de Lei: 69/48, que delimita a 3ª Zona a que se refere a Lei nº 1.004 de 28/07/48, e da Indicação: 60/48, dispondo sobre a necessidade de nomeação de uma comissão de vereadores que, juntamente com funcionários da Prefeitura Municipal, façam um anteprojeto de lei atualizado das posturas municipais.

Até a segunda metade dos anos 50, o processo de expansão urbana na cidade de São Carlos era vista com “bons olhos”, sendo bastante incentivado pelas autoridades públicas municipais, como demonstra o requerimento 447/57, de 25/11/1957, que dispunha sobre voto de congratulações ao Conselho Regional do Serviço Social da Indústria (SESI) pela consignação de verba para o financiamento da casa própria para os funcionários do setor industrial.

Aparentemente predominava uma espécie de “ideologia” da modernidade, na qual o modo de vida urbano era identificado como o novo e o belo. Como foi demonstrado, desde 1948 o poder público municipal vinha sendo um dos principais fiadores da expansão urbana da cidade de São Carlos, isso muito em função de que até meados de 1956 a municipalidade detinha a propriedade de grande parte dos vazios urbanos, principalmente nas regiões centrais (ABREU, 2000).

São Carlos desenvolve-se continuamente. Construções erguem-se por todos os cantos da cidade. A sua volta ruas são rasgadas e alinham-se em seguidas casas residenciais e novas fábricas. A marcha do progresso é rápida. O espírito bandeirante, vivo em nosso povo, realiza grandes feitos.

Procuramos nós focalizar estes aspectos do desenvolvimento de nossa terra e, com tal objetivo, dirigimo-nos a uma das áreas que mais recentemente foi aberta em continuação à cidade. Trata-se de parte da conhecida “Chácara do Cachimbo”, de propriedade do Sr. Jorge Vieira Monteiro.

Como em vários outros pontos da cidade notamos logo a chegada, por toda a extensão de terreno há pouco loteada, grande atividade. Grupos de casas já construídas, cada uma com sua vida normal de trabalho, crianças à volta, fumaça pela chaminé. Casas em construção: pedreiros levantando paredes, amassando reboco, colocando telhas.

Fomos então ao escritório de venda dos lotes a procura do proprietário que, juntamente com o Sr. José Bento Neto, encarregado da venda dos lotes, nos receberam amavelmente e se prontificaram a responder a todas nossas perguntas e nos acompanhar pela área recentemente incorporada à cidade.

A nossa pergunta sobre a parte legal do loteamento, disse-nos o proprietário da “Chácara Cachimbo” que o plano foi aprovado pela Câmara Municipal desta cidade e, na forma do decreto lei n.º 58, de 10 de Dezembro de 1937,

foi inscrito sob n.º 12, em 23 de Agosto de 1949 no Cartório de Registro Geral de Imóveis, fazendo parte da área que adquiriu pela transcrição, sob número de ordem 8.877, do mesmo Cartório.

Essa área de terra foi dividida em 331 lotes, de acordo com as posses de pessoas dos mais variados rendimentos. Ao que fomos informados, até ontem, já haviam sido vendidos 258 lotes.

Percorrendo e examinando detalhadamente aquela nova parte da cidade contamos vinte e duas casas já construídas e 13 ainda em construção.

Disse-nos o Sr. Monteiro que existe ainda grande quantidade de plantas já apresentadas à prefeitura, estando os interessados a espera, apenas, de sua aprovação para poderem iniciar a construção.

Para os cofres públicos municipais o loteamento foi de grande interesse, pois, além das doações, já passou a render dez vezes mais do que era recolhido em impostos, aumentando sempre essa tributação.

Possui o novo bairro, que estende-se da avenida São Carlos à rua Campos Salles, sendo cortado portanto, de Norte a Sul por seis vias públicas, melhoramentos indispensáveis como luz e água. Esta, até a segunda rua acima da Santa Cruz pode ser ligada a rede de água da cidade. Acima, por hora, são construídos poços, mas em breve, com a construção da caixa da Vila Marcelino, não mais serão necessários.

Com o fim de facilitar a comunicação da primeira rua além da rua Santa Cruz, com a avenida São Carlos, poderia, talvez, a prefeitura desapropriar um pequeno trecho de quintal, com perto de 40 metros, tornando, desta maneira, uniforme o traçado da cidade.

Como já se fazia tarde, despedimo-nos dos Srs. Jorge Vieira Monteiro e José Bento Neto e retiramo-nos, encantados com a gentil acolhida e com as realizações ousadas do espírito esclarecido e dinâmico do povo são-carlense (CORREIO DE SÃO CARLOS, 06/06/1950).

O Loteamento de Vila Faria, Registro n.º 23, Processo: 3.733/47, de 12 de novembro de 1948, iniciou sua fase de loteamento e vendas em 1950. Localizado nas proximidades da região central da cidade, apresentava como vantagem aos compradores a doação de tijolos, telhas e a planta do futuro imóvel, em virtude de ser um de seus loteadores o engenheiro Rudolf Lieske, industrial do setor de cerâmicas, tijolos e telhas, classificado no ramo de materiais para construção.

Doadas que foram para a prefeitura municipal, em toda a extensão do terreno ora em loteamento, de propriedade do Dr. Rudolf Lieske, acabam de ser niveladas as ruas de Vila Faria, localizada na cabeceira das ruas 7 de Setembro, Major José Inácio, à margem direita da rua Marechal Deodoro.

Por estes dias, segundo fomos informados, a prefeitura deverá proceder à ligação destas últimas àquele terreno.

Em contato com o Dr. Rudolf Lieske nossa reportagem foi informada ainda que dentro de alguns dias terá início o transporte de tijolos e telhas francesas para aquele local, material esse de qualidade superior, manufaturado pela sua indústria localizada neste município. Adiantou-nos o Dr. Lieske que já está recebendo inúmeras solicitações a respeito do plano de venda que organizou

dos lotes da Vila Faria, o qual concede à cada comprador 10.000 tijolos, 1.000 telhas francesas e respectivas cumieiras e plantas de construção aprovadas pela prefeitura, gratuitamente (CORREIO DE SÃO CARLOS, 27/08/1950).

Um pouco mais de dois anos após a publicação de sua primeira reportagem sobre o loteamento de Vila Monteiro, o jornal Correio de São Carlos decidiu relatar as suas impressões a respeito da vida cotidiana que se constituiu na nova localidade.

De um certo tempo para esta parte, as chácaras foram-se transformando em vilas, cujos terrenos loteados e arruados constituem esplêndidos bairros. Esse fenômeno ocorreu naturalmente em virtude do grande êxodo rural que tem-se observado em quase todas as cidades do nosso estado.

São Carlos não fez exceção. Aqui também deu-se início a loteamentos de terrenos, muitos dos quais, antigas chácaras, estavam, por isso mesmo, entrando a explosão da cidade e conseqüentemente agravando, cada vez mais, o problema da moradia.

Dos loteamentos que mais benefício prestaram a São Carlos e à sua população, salienta-se o Loteamento Monteiro, dada a localização e a grande facilidade que o seu proprietário ofereceu, não só no que diz respeito às amortizações, mas também no que concerne aos problemas de água e luz elétrica. Não vai nesta observação nenhum menosprezo aos outros loteamentos e nem tem por objetivo a propaganda, pois da Chácara Monteiro, a primeira gleba, principalmente, já se encontra totalmente compromissada e em quase sua totalidade construída. Podemos, quanto a esta parte afirmar que muitos dos compradores de lotes dessa propriedade adquiriram também em outros bairros loteados.

Quando em 1950, há mais de dois anos entrevistamos o Sr. Jorge Vieira Monteiro e seu genro e procurador Sr. José Bento Neto, que organizou a venda dos terrenos, dos 331 lotes já estavam compromissados 258 havendo na ocasião 35 residências construídas. Hoje existem 75 casas, inclusive prédios de indústrias.

Iniciada a venda da segunda gleba em Junho de 1951, num total de 450 lotes, sendo que a primeira foi totalmente vendida, conta com 320 lotes já compromissados, perfazendo entre as duas um total de 651 lotes vendidos até esta data. Fomos informados pelo Sr. José Bento Neto, de que está estudando e planejando o lançamento da terceira gleba (CORREIO DE SÃO CARLOS, 09/11/1952).

Ampliando significativamente a dinâmica expansiva da década de 40, o crescimento urbano da cidade nos anos 50 é muito significativo, inclusive com o aparecimento das primeiras empresas imobiliárias locais, como a Sociedade Imobiliária Construtora Corsi, a Sociedade de Investimentos Imobiliários Marrol e a Empresa Imobiliária Lutfala.

Neste período há 22 solicitações de doações de terrenos à prefeitura municipal e 11 pedidos de compras de áreas territoriais pertencentes à municipalidade, 7 demandas para desapropriações, 40 reivindicações para abertura de ruas ou prolongamentos e “incontáveis” solicitações para implantação de redes de água, energia elétrica e esgoto, bem como do prolongamento dos sistemas de asfaltamento ou paralelepípedos, calçadas e guias.

Os pedidos envolvendo o transporte público também ganha relevância, emergindo a necessidade de ir além do modelo de carroças e bondes elétricos, incentivando a chegada de uma companhia privada de ônibus. O Projeto de Lei: 9/52, que trata de impostos à Companhia de Ônibus pelo prazo de dez anos, assim como as indicações 16/55, que dispõe sobre a instalação de um bebedouro para animais no ponto de estacionamento de carroças da Praça Antônio Prado, e 21/56, solicitando que oficiado ao preito municipal a necessidade de providências junto a Cia. Paulista de Eletricidade, no sentido de ser colocado outro bonde para servir a Vila Nery, são demonstrativos da necessidade de ampliar a rede de transporte em decorrência da rápida e vertiginosa expansão urbana da cidade de São Carlos.

As inaugurações de espaços públicos e privados, as reivindicações para estudos voltados à instalação de instituições sociais relevantes para o município e as concessões fiscais para atrair empresas e instituições governamentais e da sociedade civil também crescem significativamente nos durante os anos 50. Para exemplificar, foram selecionados os seguintes documentos: Projeto de Lei: 26/55, que exime do imposto territorial e da taxa de limpeza pública por cinco os terrenos do loteamento aprovado pela Lei nº 1.213; Projeto de Lei: 91/55, concede isenção de imposto predial, pelo prazo de 3 anos, a todo imóvel a ser construído com valor acima de Cr\$500.000,00; Projeto de Lei: 11/51, que cria uma biblioteca pública municipal; Projeto de Lei: 22/51, que cria o Estádio Municipal Rui Barbosa; Indicação: 34/51, que requer a criação nesta cidade da Delegacia Regional de Polícia; Projeto de Lei: 39/51, que autoriza a prefeitura a conceder isenção de impostos, pelo prazo de dez anos, a empresa ou firma individual que estabelecer neste município um frigorífico, nos moldes exigidos pela Lei Federal; Requerimento: 53/51, que solicita o envio oficial da Câmara as festividades de inauguração da Maternidade Dona Francisca Cintra Silva; Projeto de Lei: 71/51, que autoriza a prefeitura a contratar, mediante concorrência pública, a construção de uma Casa de Saúde e Hospital com a firma, Sociedade e Empresa que satisfazer as condições da Lei; Requerimento: 57/52, nomeia comissão para estudar a localização do Estádio Municipal; Projeto de Lei: 27/54, que abre crédito de Cr\$339.000,00 para construir o Cemitério de Bela Vista; Requerimento: 74/54, que oficia ao Governador do Estado, prosseguimento das obras do Palácio da Justiça e o início da construção do edifício da Caixa Econômica; Projeto de Lei: 52/57, sobre a abertura de crédito de Cr\$65.782,00, suplementar a verba 361-8 e 87-2, do orçamento vigente, para construção da Sede do Tiro de Guerra-43; Requerimento: 184/58, que solicita reunião de vereadores e prefeito para tratarem da instalação do Teatro Municipal; Requerimento: 190/58, que sugere a criação e instalação do Serviço de Pronto Socorro Municipal; Requerimento: 42/59, solicita voto de louvor à Associação dos Alfaiates de São Carlos pela inauguração de sua nova sede social; Requerimento: 122/50, que concede isenção de impostos municipais, pelo prazo de 20 anos, a empresa ou firma individual que estabelecer no município uma indústria de conservas alimentícias.

Nos conjuntos destes documentos, encontramos alguns que indicam o surgimento do que convencionamos chamar de “cidade polinuclear”, uma vez que bairros como a Vilas Prado e a Bela Vista começam a ganhar uma certa autonomia no que tange à prestação de serviços e à vida social em relação à sua condição inicial de dependência do centro da cidade, como pode ser percebido através das seguintes demandas: Indicação: 20/56, oficial ao Secretário da Segurança Pública para que instale um distrito policial em Vila Prado; Indicação: 26/56, que requer do prefeito municipal urgência na conclusão do cemitério que servirá as Vilas Bela Vista e Prado; Indicação: 134/56, que solicita a instalação de um posto de recebimento de consumo de luz nas Vilas Prado e Bela Vista; Requerimento: 342/59, sobre voto de louvor a Diretoria do Cine Teatro Avenida S/A pela inauguração do Cine Joia, na Vila Prado.

Com relação ao surgimento de novos loteamentos, merecem destaque os documentos: Projeto de Lei: 2/50, aprovação do plano de loteamento das áreas de terrenos pertencentes a Arnold Schmidt; Projeto de Lei: 5/51, aprovação do plano de loteamento de terreno localizado no bairro de Vila Marcelino de propriedade de Júlia Barbieri Ambrogi e Marcilio Barbieri; Projeto de Lei: 7/51, plano de loteamento de um terreno pertencente a José Ventura de Medeiros; Projeto de Lei: 8/51, loteamento de uma gleba de terras pertencente a Jorge Vieira Monteiro; Projeto de Lei: 40/51, aprova o plano de loteamento localizado na Vila Nery de propriedade do Dr. Carlos de Campos Salles; Projeto de Lei: 83/51, loteamento de uma área de terreno de propriedade da Firma Imobiliária e Construtora Corsi Ltda.; Projeto de Lei: 26/52, loteamento de área de terreno situado no Tijuco Preto, de propriedade de Trofim Macarenco; Projeto de Lei: 55/53, loteamento de terrenos de propriedade de José Gibertoni; Projeto de Lei: 6/54, loteamento de um terreno de propriedade da Sociedade de Investimentos Imobiliários Marrol Ltda.; Projetos de Lei: 49/54 e 72/54, loteamento de Terreno de propriedade da Empresa Imobiliária Lutfala Ltda.; Projeto de Lei: 6/55, plano de loteamento de terreno de propriedade de Paulo Fragoso Coimbra e outro; Projeto de Lei: 89/55, plano de loteamento de terreno de propriedade de Alfredo Petrilli; Projeto de Lei: 19/56, loteamento de terreno localizado no bairro do Monjolinho, de propriedade de José Papetti; Requerimento: 109/56, solicita ao prefeito, para exame, o processo referente ao loteamento da Vila São José; Requerimento: 311/56, solicita ao prefeito, processo sobre loteamento da Vila São Gabriel; Projeto de Lei: 63/56, plano de loteamento de terreno localizado a margem direita do Córrego de Tijuco Preto, de propriedade da Sociedade Imobiliária Construtora Corsi Ltda.

Assim como ocorreu na década anterior, a acelerada expansão da cidade provocou uma nova expansão do perímetro urbano de São Carlos, como demonstra o Projeto de Lei: 57/58, de 27/10/58, de interesse da prefeitura municipal, determinando a demarcação de novo perímetro urbano da cidade.

UM NOVO REDIRECIONAMENTO NA POLÍTICA

É relevante informar as solicitações para abertura de novos loteamentos desaparecem a partir de 1957, retornando de forma bastante moderada em 1962. Provavelmente, isso ocorreu em função da notória percepção de um conjunto de problemas decorrentes da vertiginosa expansão urbana vivida pelo município de São Carlos nas décadas de 1940 e 1950, cujo surgimento, em 15 de fevereiro de 1956, da comissão de estudos do Plano Diretor Municipal, Indicação: 24/56, e a sua criação em 06 de abril de 1969, Projeto de Lei: 19/59, acabam sendo seus indicadores mais evidentes. Contudo, outros documentos demonstram esta preocupação: Indicação: 35/51, requer a nomeação de uma comissão de estudos para a realização de um concurso de urbanismo da cidade de São Carlos; Projeto de Lei: 100/52, que dispõe sobre o planejamento do município de São Carlos.

O sentimento de contrariedade com a expansão urbana desordenada da cidade após 1956 também pode ser acompanhada através dos noticiários do Correio de São Carlos. Entusiasta da expansão urbana nos seus anos iniciais, cerca de uma década depois o discurso otimista dos redatores dos antigo jornal local começa a mudar.

Não obstante São Carlos ter nascido planejada, sofreu de há 20 anos à esta parte uma deturpação urbanística verdadeiramente contrastadora. Os bairros que foram aparecendo como um milagre das mil e uma noites, fugiram por completo aos traçados antigos, de ruas largas e retas, para dar lugar à ruas estreitas e sinuosas, como se realmente sofrêssemos crise de terreno.

Dentre os bairros onde mais se evidenciou esta fuga à normalidade urbanística, consta-se o Tijuco Preto, seguindo de perto a assimetria da Vila Marcelino, traçada por uma engenharia que no passado foi o mesmo atentado que ainda é hoje, às boas normas da mais incipiente engenharia. As ruas são tortas, sinuosas, por onde mal cabe uma carroça, destoando das demais da cidade propriamente dito, traçadas quando da sua fundação, todas com cerca de 12 metros de largura e passeios de mais de três metros, retas impressionantemente retas.

Quantos habitantes há em São Carlos? Nossa cidade será maior do que Araraquara, Rio Claro ou Bauru? Ajude a esclarecer isso ajudando o senso.

O Plano Diretor do Município veio, pois, salvar o nosso patrimônio urbanístico, seriamente ameaçado pelos negociantes de terrenos, que tudo faziam para aumentar o número de lotes, contrariando os legítimos interesses dos são-carlenses amantes de sua terra. Assim, merecem os mais rasgados encômios quantos prestigiam o novo instituto de urbanismo da cidade. Foi realmente um freio à ganância obtusa dos loteadores gananciosos, contra a qual por várias vezes e em exclusividade, nos batemos anos a fio.

O Plano é, pois, muito nosso, sendo de São Carlos, e, sendo de São Carlos, é de todos os seus filhos.

É um patrimônio que devemos resguardar decididamente, para que não mais se procure deturpar o sonho dos nossos antepassados, que nos deram avenidas como a São Carlos, praças como as das imediações da Catedral, jardins como os da baixada do Mercado e de Santa Cruz, e ruas como a General Osório – retratos fiéis do espírito reto dos fundadores de São Carlos, refletido nas nossas ruas e avenidas, nas nossas praças e jardins (CORREIO DE SÃO CARLOS, 25/08/1960).

Autor do projeto que criou o Plano Diretor Municipal em 1959, Mário Maffei, em entrevista concedida ao sociólogo e pesquisador da UFSCar, José Albertino Rodrigues em 29 de setembro de 1986, declarou:

No loteamento Cidade Industrial, de 1954, feito pelos Petrilli, depois de 25, 30 anos, ainda não tinha escritura. Ele desenhou no papel, aprovou e começou a vender os lotes. Não havia nem rua. O máximo que eles punham eram as guias, depois do município ter aberto as ruas para eles. Não colocavam água, luz, nem nada (MANUSCRITO, 1986).

Evidentemente, que o processo de expansão territorial de São Carlos se desvirtuou em decorrência da ganância dos agentes imobiliários, fato que desagradou os moradores da cidade e as autoridades públicas, impulsionando a criação de regras para regulamentar o processo de desenvolvimento urbano na cidade

CONCLUSÃO

Para concluir o tema demonstrando que ocorreu uma radical mudança na visão dos agentes públicos locais sobre o modo de vida urbano, gerando uma nova perspectiva de intervenção pública no processo de crescimento da cidade após a segunda metade da década de 1950, serão apresentados um conjunto de documentos, todos do período que parte de 1956, tornando ilustrativa a percepção das autoridades municipais sobre os efeitos negativos de um crescimento territorial acelerado e do modo de vida urbano nos seus aspectos mais gerais: Requerimento: 57/56, requer que seja oficiado aos poderes competentes no sentido de coibir a mendicância em São Carlos; Requerimento: 196/56, solicita o restabelecimento do serviço de guarda noturno na Vila Pureza; Requerimento: 502/56, solicita seja oficiado ao Sr. Dr. Juiz de Menores, no sentido de ser enviado policiamento inesperado nos bares e outros estabelecimentos; Indicação: 75/57, indica providências do prefeito no sentido de ser construído canil para os cães apanhados nas ruas; Requerimento: 37/56, requer ao Sr. Delegado de Polícia um severo policiamento no bairro do Tijucu Preto; Requerimento: 99/57, solicita providências ao Sr. Delegado de Polícia sobre cortiço existente na rua Paulino Botelho; Requerimento: 262/57, requer providências com referência a cortiço existente na rua D. Pedro II, esquina da rua Belarmino; Requerimento: 436/57, solicita ao Sr. Delegado de Polícia providências a fim de ser combatido o desrespeito de casais de namorados; Requerimento: 77/58, requer ao Sr. Delegado de Polícia providência contra mulheres mundanas que provocam desordens em nossa cidade; Requerimento: 488/59, solicita providências ao Sr. Prefeito contra o namoro escandaloso de casais nos jardins de nossa cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. M. Política, Economia de Desenvolvimento Urbano na Cidade de São Carlos. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2000, 125 p.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

DEVESCOVI, R. C. B. **Urbanização e acumulação**. São Carlos: UFSCar, 1987.

DOMHOFF, G. W. **Who rules America now?** New York: A Touchstone Book, 1983.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1981.

KATZMAN, M. T. **Urbanização no Brasil a partir de 1945**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

LEME, M. C. S.; PACHECO, R. S. A questão fundiária, imobiliária e os serviços. São Paulo. **Revista Espaço e Debates**, n.º 28, 1989.

NEVES, A. P. **São Carlos: na esteira do tempo**. São Carlos: Atual, 1984.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

PEREIRA, L. **Urbanização e subdesenvolvimento**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RIGHI, R. **O processo de urbanização e o desenvolvimento industrial no estado de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1983.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

PERIÓDICOS

CORREIO DE SÃO CARLOS, Segunda-feira, 27 de Outubro de 1947.

CORREIO DE SÃO CARLOS, Domingo, 08 de Maio de 1949.

CORREIO DE SÃO CARLOS, Terça-feira, 06 de Junho de 1950.

CORREIO DE SÃO CARLOS, Quinta-feira, 08 de Junho de 1950.

CORREIO DE SÃO CARLOS, Domingo, 27 de Agosto de 1950.

CORREIO DE SÃO CARLOS, Domingo, 09 de Novembro de 1952.

CORREIO DE SÃO CARLOS, Quinta-feira, 25 de Agosto de 1960.

ENTREVISTA

MÁRIO MAFFEI: Realizada por José Albertino Rodrigues em 29 de Setembro de 1986.